

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 31/03/2014 - Edição 1017

Diretores da CNTV, Sindesv-DF e Sindesv-RIDE participam de ato pela Educação de Qualidade



Vigilantes do DF levaram apoio da categoria à luta por educação de qualidade

Para exigir uma educação pública de qualidade, vigilantes se uniram aos professores e outras categorias profissionais do DF nesta quinta-feira (17), em frente ao Palácio do Buriti. o caminhão de som foi palco para várias falas de representantes sindicais e de movimentos sociais, que exigiram a Educação como prioridade para o governo do Distrito Federal. A ação foi realizada pelo Sindicato dos Professores de Brasília - Sinpro-DF, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Educação - CNTE, da CUT Brasília e dos sindicatos filiados. Participaram representando a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) os diretores Gilvan e Tiana. Também estiveram presentes o presidente do Sindesv-RIDE, Santiago, e os diretores do Sindesv Melquisedeque, Sebastião, Edimar, Arley, Luiz Paulo, Elton John, Luiz Nascimento e Josenir.

Basicamente, os servidores em educação (professores e servidores

auxiliares em administração escolar) pedem mais investimentos na educação pública, mais contratação de professores, tratamento igualitário entre as carreiras da educação pública e, principalmente, a garantia das conquistas alcançadas a partir da luta da categoria.

“Entendemos que é de fundamental importância lutar pela educação não só como classe trabalhadora, mas como cidadãos. Os profissionais da educação merecem ser valorizados, nossos filhos merecem educação de qualidade e o governo tem a obrigação de cumprir com isso. O nosso papel não se restringe apenas a lutas classistas, mas também busca pelo desenvolvimento de todos os cidadãos no aspecto social e humano, visto que a educação é a base de toda sociedade”, defendeu Sebastiana de Oliveira Santana, diretora da CNTV e do Sindesv-DF.

“Para além da pauta financeira e da reestruturação da carreira, nós temos a licença prêmio que o governo não libera para gozo; nós temos o direito à redução da jornada de trabalho,

que não tem sido respeitada; nós temos a necessidade da contratação de novos professores concursados para ocupar vagas existentes. Também reivindicamos que o governo do DF garanta os recursos que sustentam o funcionamento diário das escolas públicas, como as verbas do PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira), que não têm sido repassadas com normalidade às instituições educacionais e diretorias regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal”, afirma o secretário de Formação da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues, que também integra a coordenação do Sinpro-DF.

Para o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto, “o respeito aos trabalhadores e à sociedade passa por uma educação pública de qualidade e pela valorização dos servidores”. “A Assembleia Geral da Classe Trabalhadora, realizada em 2013, com a representação de cerca de 90 sindicatos filiados à Central, defendeu como um dos principais eixos de luta a garantia dos nossos direitos, da cidadania plena, dispostos na Constituição Federal. Vários desses sindicatos estão aqui hoje, apoiando esta luta, pois entendemos que esta é uma luta da classe trabalhadora. O direito a educação pública de qualidade é um direito de todos os cidadãos e de todas as cidadãs. E por isso a CUT está junto com o Sinpro-DF, com a nossa juventude, em todas as lutas, em todas as frentes”, discursou no ato público desta quinta-feira (27).

Lei de Responsabilidade Educacional Também é proposta dos servidores da Educação a criação da Lei de Responsabilidade Educacional. Esta lei é uma analogia à Lei de Responsabilidade Fiscal, que pune os governantes que extrapolarem nos gastos, mas que só é lembrada para não conceder reajustes salariais decentes para servidores públicos.

“Temos visto que não basta as nossas conquistas estarem em

lei para que o poder Executivo as respeite. Temos, por exemplo, a questão da licença prêmio, que os professores não estão gozando. E mesmo desrespeitando o que está em lei, o Poder Executivo não sofre nenhuma punição por isso. Então, queremos criar a Lei de Responsabilidade Educacional, que vai estabelecer punições administrativas, como cassação de mandato e inelegibilidade, aos governantes que não garantem nossos direitos”, explica o diretor de Organização do Sinpro-DF e representante do Sindicato no Fórum Distrital de Educação, Júlio Barros.

O sindicalista ainda afirma que não será fácil implementar a Lei de Responsabilidade Educacional no DF. “É claro que nós vamos encontrar muita resistência para a implementação desta Lei. Então, a gente conta com a força e a organização dos movimentos sociais, da sociedade, dos estudantes, dos professores, dos pais de alunos e todos que trabalham e defendem a educação pública de qualidade”, diz Julio Barros.

Em nível nacional, tramitam mais de 10 projetos sobre a Lei de Responsabilidade Educacional. As próprias unidades federativas do Brasil têm autonomia para elaborar esta lei.



Além dos vigilantes, bancários, rodoviários e outras categorias profissionais participaram do ato Crédito das fotos: José Júnior

Acampamento

Desde o dia 17 de março, servidores auxiliares em administração escolar, organizados pelo SAE-DF, estão acampados em frente ao Palácio do Buriti. Os principais pontos da pauta de reivindicação da categoria, que reúne mais de 30 itens, são a concessão de auxílio saúde; reajuste do auxílio alimentação; pagamento das pendências financeiras; e reestruturação da carreira. Os trabalhadores ainda denunciam o tratamento desigual entre as carreiras da Educação pública do DF.

“No ano passado, o GDF deixou os servidores da administração escolar de fora e concedeu apenas ao magistério o auxílio saúde. Só vamos sair daqui do Buriti a partir do momento que forem atendidos, no mínimo, estes quatro principais pontos da nossa pauta”, afirma o secretário de Relações do Trabalho da CUT Brasília e diretor do SAE-DF, Denivaldo Alves do Nascimento.

Na última semana, os auxiliares em Educação se reuniram com o governador Agnelo Queiroz, que propôs a instalação de uma mesa permanente de negociação para tratar da carreira da categoria. “Começamos a elaborar um novo projeto de lei para que possa ser encaminhado à Câmara Legislativa até o dia 3 de abril”, afirma Denivaldo Alves.

Fonte: CNTV com Secretaria de Comunicação da CUT Brasília

Protestos: Vigilantes da Preserve vão ao centro do Recife para protestar

A mobilização aconteceu na manhã de sexta-feira (28) em frente à sede operacional da empresa privada de segurança de valores, Preserve, no bairro da Boa Vista.



Funcionários protestam pedindo reajuste no salário de 15%, mas, segundo o sindicato, a empresa está oferecendo apenas 7,6%. Os trabalhadores pedem ainda aumento no valor do ticket alimentação que atualmente está em R\$ 13 reais. Entre as exigências está também: plano de saúde e redução da carga horária mensal de trabalho de 192 para 180 horas.



Entre as reivindicações estava o reajuste salarial de 15%

Após três horas de manifestação, os trabalhadores de limpeza urbana do Recife, que também protestaram nesta sexta-feira encerraram o protesto pacífico no Marco Zero, exigindo melhores condições de trabalho.

Fonte: RBC News

Em Manaus, grupo rende vigilante e tenta arrombar caixa eletrônico



Caixa eletrônico fica na Feira da Japiinlândia, Zona Sul da capital (Foto: Girlene Medeiros/G1 AM)

Quatro homens armados renderam um segurança e tentaram arrombar um caixa eletrônico na Feira da Japiinlândia, Zona Sul de Manaus, na madrugada desta sexta-feira (28). Segundo testemunhas, eles tentaram tirar o dinheiro usando dois maçaricos, mas não conseguiram e fugiram sem levar nada.

O crime ocorreu por volta de 2h. De acordo com o vigilante Valdivan Araújo, de 42 anos, os suspeitos renderam um segurança armado e conseguiram entrar na feira, onde ameaçaram outros dois vigilantes que atuam dentro do local. Eles tentaram arrombar o caixa eletrônico usando um maçarico. Como não conseguiram, usaram outro, mas também sem sucesso.

A ação, conforme as testemunhas, durou aproximadamente uma hora. Os quatro suspeitos danificaram a máquina, mas acabaram fugindo sem levar nada. O grupo fugiu em dois carros modelo Celta. “É um perigo, porque essas caixas chamam muita atenção aqui na feira. Ainda bem que a gente não reagiu”, comentou o vigilante.

Os feirantes também criticaram a instalação das máquinas no local. “Quando começaram a colocar, vários feirantes foram contra pois os clientes se sentem mais inseguros. Nós que saímos perdendo com essa situação”, disse o permissionário Romero Medeiros Correia, de 65 anos, que atua no local há 30 anos.

A Polícia Militar (PM) foi acionada pelos vigilantes, mas ao chegar no local os suspeitos já haviam fugido. Não foram encontradas ferramentas usadas no crime na feira. O caso foi encaminhado ao 3º Distrito Integrado de Polícia (DIP), onde será investigado.

Fonte: G1

31 de março:

Militares consumam golpe contra Jango e a democracia

*1964: Democracia Interrompida
A derrocada da cidadania*

1964

Após Tanques nas ruas, população dividida e um presidente da República acuado e sem apoio. Nesse cenário, há 50 anos, se iniciava no Brasil o mais longo e duro período de ditadura do país, que perduraria 21 anos. Nas primeiras horas do dia 31 de março de 1964, tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão partiram de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro consumando um golpe há muito tempo planejado pelas forças militares.

Isolado, o então presidente da República João Goulart, conhecido como Jango, pouco pôde fazer para evitar o golpe. Com a economia do país em crise e sem forças para promover as reformas de base, principal bandeira de seu governo, ele deixa Brasília rumo ao Rio Grande do Sul no dia 1º de abril.

Alguns dias depois, e dando o golpe como irreversível, o presidente parte com a família rumo ao Uruguai em um carro preto, escoltado por militares que ainda mantinham lealdade à Constituição. Jango morre na Argentina 12 anos depois. Inicialmente apontada como infarto, a causa da morte de João Goulart é investigada até hoje.

Para o doutor em história e professor da Universidade de Brasília (UnB) Antonio Barbosa, os militares já haviam orquestrado uma espécie de golpe contra a democracia brasileira três anos antes. Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, os militares atuaram para impedir a posse do vice, Jango, e o Congresso Nacional aprovou a mudança de sistema de governo, que passou do presidencialismo para o parlamentarismo, no qual o presidente da República não detém a chefia de governo.

“[Os militares] permitiram que João

Goulart chegasse ao poder [em 1961], mas tiraram os poderes dele. Por isso, do dia 7 de setembro de 1961 até janeiro de 1963, quando houve o plebiscito e o não [ao parlamentarismo] venceu, Jango teve os poderes limitados”, relembra.

Depois das eleições gerais de 1962, cujos resultados foram influenciados pela injeção de recursos norte-americanos que buscava eleger parlamentares favoráveis aos interesses daquele país e ainda influenciar os meios de comunicação em favor das teses conservadoras, Jango fica isolado, sem conseguir levar adiante as reformas de base.

“Você não imagina o que foi o país naquele período, a partir de 1963, depois que os eleitos tomaram posse no Congresso Nacional, até 31 de março de 1964. Foram coisas que os jovens de

hoje nem conseguiriam imaginar”, conta Barbosa.

“Nos últimos dois meses que antecederam o 31 de março, era muito comum no país inteiro as aulas serem interrompidas, especialmente nas escolas públicas, para as professoras levarem os alunos para rezar o terço. A cada conjunto de dez Ave-Marias, se fazia uma exortação, que naquela época era ‘Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, livrai-nos do comunismo, Amém’. Era esse o ambiente, o clima.”

O temor dos militares de que o comunismo aflorasse no Brasil foi uma das justificativas para o golpe. No entanto, para o professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Paulo Ribeiro da Cunha, o golpe foi sendo construído ao longo dos anos pelos comandantes das Forças



Tanques do Exército ocupam as ruas do Rio de Janeiro no golpe de 1964, iniciando o mais longo período de exceção do país. Arquivo Nacional

Armadas. “Em 1954, já foi uma tentativa, um preâmbulo, abortado, principalmente, pelo suicídio de Getúlio Vargas. Mas, em seguida, tivemos várias tentativas de golpe”, explica. A tese é reforçada por Antonio Barbosa: “Jango era um homem de centro-esquerda, não era comunista, não era socialista”.

Dois momentos foram cruciais para fortalecer a linha golpista das Forças Armadas e precipitar a derrubada da democracia: o comício de Jango na Central do Brasil, na sexta-feira 13 de março de 1964, com o palanque montado em frente ao Ministério da Guerra. Na ocasião, João Goulart fez um discurso duro em defesa do mandato e das reformas de base, o que soou como uma afronta aos militares. Uma semana depois, a resposta da direita veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

“Os militares se sentiram apoiados. Mais de 500 mil pessoas foram às ruas em São Paulo. Isso há 50 anos, sem internet e redes sociais. E ali sim, se radicaliza, e os líderes, que há muito tempo preparavam um golpe, perceberam que era o momento”, analisa Barbosa.

“O curioso é que foi em nome da democracia que se suprimiu a democracia no país”, ressalta o coordenador do Curso de Especialização em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Pio Penna.

Segundo Antonio Barbosa, ninguém se levantou para defender João Goulart. “Foi uma revolução absolutamente sem sangue e sem tiro. O país completamente mobilizado, ideologicamente falando. Mas não podemos esquecer que o Brasil era um país de população com mais de 75% de analfabetos e mais de 95% de religiosos que seguiam a Igreja Católica. E a igreja, naquele momento, estava completamente imbuída da luta anticomunista. Padres, no país inteiro - por dez anos eu vi isso - procurando alertar as pessoas de que o comunismo estava chegando.”

O golpe definiu a vitória da opção conservadora em um país que se desenvolvera ao longo do século 20, mas não havia modernizado suas relações sociais.

“Diria que, no Brasil, no início dos anos 1960, havia dois projetos em luta: um reformista, capitaneado por Goulart,

que queria, na minha opinião, oferecer uma face mais humana para o capitalismo brasileiro. De outro, um projeto de modernização do capitalismo brasileiro, inserindo-o em escala global, pela via politicamente autoritária. E quem venceu foi esse grupo. Então, o regime de 1964 começa sem enganar ninguém: é um regime de exceção”, lembra Barbosa.

Ao longo de 21 anos, cinco generais se sucedem no comando do país, no que ficou conhecido como “anos de chumbo”. Uma geração política foi suprimida pela ditadura, milhares de pessoas foram torturadas e mortas e o país é devolvido à sociedade economicamente quebrado, vítima do endividamento acumulado no período militar.

Jango só voltaria ao Brasil morto, no dia 7 de dezembro de 1976, para ser enterrado em São Borja, sua cidade natal. É o único presidente da República que morreu no exílio. Em 1985, o colégio eleitoral elege Tancredo Neves como o primeiro presidente civil desde 1964.

Fonte: Agência Brasil

Até quando culpar a vítima pelo estupro?

Quando pensamos em comemorar as vitórias com relação à participação das mulheres nos espaços políticos, mercado de trabalho e nas políticas públicas, contraditoriamente tomamos um balde de água fria ao olhamos para os dados que tratam da violência contra a mulher.

Foi manchete de jornais e destaques nas redes sociais as reportagens que tratavam do constrangimento e violência que as mulheres vem sofrendo nos transportes públicos. Nas rodas de conversa não tinha quem não soltava a famosa frase: “Também, do jeito que ela estava vestida...”

As pessoas nem conhecem direito a vítima, não sabem quantos anos tem, quais eram seus sonhos, se amava ou não alguém, quais eram suas ambições, suas necessidades, seus desejos... Enfim, tudo isto não importa. O censo comum tem que achar um culpado ou uma culpada pelas calamidades e aberrações

sociais que não tem coragem de encarar como problema social. Problema este que pode ser explicado pelo velho conhecido machismo.

Uma vítima de violência sexual não sofre as dores somente no corpo. A pior dor é a moral, porque rouba todo sonho de liberdade de qualquer indivíduo. Liberdade para andar onde quiser, de vestir o que quiser, de namorar quem quiser...

O Ipea presta um grande serviço para a humanidade ao realizar a pesquisa que trata da percepção da sociedade sobre a violência contra mulher. É importante porque revela em números os sentimentos e comportamentos reproduzidos ao longo da nossa história, que estabelece uma relação de poder e posse de um ser sobre outro, ou seja, do homem sobre a mulher.

Não estou tratando de experiências individuais, nem muito menos julgando este ou aquele homem. Estou falando de um fenômeno social,

que oprime e violenta não somente as mulheres, mas sim toda sociedade. Pois, quando uma mulher é vítima de violência, ela fere também os pais, os familiares e filhos desta mulher.

Não podemos perder a capacidade de se indignar diante da violência, das diversas formas de violência. Temos que desnaturalizar a cultura de posse de um ser sobre outro. As mulheres não são propriedades. Temos que enfrentar o problema com a seriedade e amadurecimento dignos de seres humanos e não de bicho indomável, que devemos separar em jaulas, como se separa os animais nos zoológicos.

Queremos que mulheres e homens tenham direito sobre seus corpos e de poder ir para onde quiserem e viver plenamente suas liberdades.

Deise Recoaro - Secretária de Mulheres da Contraf-CUT / Fonte: Contraf-CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF